

Comunicado Decendial

FPM / FPE / IPI-Exp / FUNDEB

A Secretaria do Tesouro Nacional informa que o Banco do Brasil S.A. creditará em 20/10/2020, já descontados os 20% (vinte por cento) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, os recursos correspondentes à **segunda** parcela do mês de **outubro de 2020** dos **Fundos de Participação - FPM/FPE**, no valor total de **R\$ 1.361.117.169,89**, calculados com base na arrecadação líquida do Imposto de Renda - IR, no valor de R\$ 2.500.460.608,87, e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no valor de R\$ 1.366.349.532,20.

Para obter o valor da cota individual de cada beneficiário, multiplica-se o valor líquido da terceira cota do mês de setembro de 2020, creditado em 30/09/2020, pelo fator de multiplicação informado abaixo:

FUNDO	VALOR EM R\$	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
FPM	696.025.825,56	0,3565
FPE	665.091.344,33	Vide página 3
IPI-EXPORTAÇÂO	109.307.962,54	1,9956

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%)

Serão também creditadas no FUNDEB, na mesma data, as retenções nos termos da lei, com a seguinte composição:

RETENÇÃO E DEPÓSITO FUNDEB						
ORIGEM FPM ORIGEM FPE ORIGEM IPI-EXP TOTAL						
R\$ 174.006.456,39	R\$ 166.272.836,08	R\$ 27.326.990,63	R\$ 367.606.283,11			

Encontra-se ao final a discriminação da base de cálculo relativa a esta distribuição.

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse a página do Tesouro Nacional https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais, e em 2-Liberações clique no link "Depósito Bancário (FPM, FPE e IPI-EX)".

Para receber esse comunicado via e-mail, solicite sua inclusão na lista de distribuição de correio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional referente às transferências constitucionais <u>clicando aqui</u>.



Demonstrativo das Transferências das Receitas Federais aos Estados, Distrito Federal e Municípios e aos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste - 2ª cota de outubro de 2020

DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO							
RECEITAS	ARRECADAÇÃO BRUTA (A)	DEDUÇÃO PIN (B)	DEDUÇÃO PROTERRA (C)	INCENTIVOS FISCAIS (D)	RESTITUIÇÃO (E)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (F=A-B-C-D-E)	
Imposto de Renda de Pessoa Física	226.913	-	-	-	712	226.200	
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	322.413	-	-	-	1.807.035	(1.484.621)	
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.573.940	-	-	-	2.542	3.571.398	
Multas e Juros (I.R.)	187.483	-	-	-	-	187.483	
SUBTOTAL - IR	4.310.749	-	-	-	1.810.289	2.500.461	
Imposto sobre Produtos Industrializados	1.359.526	-			4.561	1.354.965	
Multas e Juros (IPI)	11.510	-	-		125	11.384	
SUBTOTAL - IPI	1.371.036	-	-	-	4.686	1.366.350	
TOTAL RECEITAS	5.681.785	-	-	-	1.814.975	3.866.810	

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO R\$ MIL							
	MUNICÍPIOS	ESTADOS		REGIÕES			
RECEITAS	FPM (22,5% x F)	FPE (21,5% x F)	IPI-EXP (10% x F)	FNE (1,8% x F)	FNO (0,6% x F)	FCO (0,6% x F)	
Imposto de Renda de Pessoa Física	50.895	48.633		4.072	1.357	1.357	
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	(334.040)	(319.194)		(26.723)	(8.908)	(8.908)	
Imposto de Renda Retido na Fonte	803.565	767.851		64.285	21.428	21.428	
Multas e Juros (I.R.)	42.184	40.309		3.375	1.125	1.125	
SUBTOTAL - IR	562.604	537.599		45.008	15.003	15.003	
Imposto sobre Produtos Industrializados	304.867	291.318	135.497	24.389	8.130	8.130	
Multas e Juros (IPI)	2.561	2.448	1.138	205	68	68	
SUBTOTAL - IPI	307.429	293.765	136.635	24.594	8.198	8.198	
Retenção para o Fundeb (-20%)	174.006	166.273	27.327				
TOTAL	696.026	665.091	109.308	69.603	23.201	23.201	

Observações:

Receita classificada referente ao período de 1 a 10/10/2020.

Na arrecadação bruta do IR estão incluídos os incentivos fiscais e o PIN/PROTERRA.



Demonstrativo da Distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

2ª cota de outubro de 2020

A partir de 1º de janeiro de 2016 passaram a vigorar os novos critérios de distribuição do FPE presentes na Lei Complementar nº 143 de 2013: para cada decêndio a partir de 2016, os valores que as unidades federativas receberam no correspondente decêndio do exercício de 2015 será corrigido pela variação acumulada do IPCA e por 75% da variação real do último PIB definitivo disponível. Com isso, cria-se um valor de referência que separará dois critérios de distribuição.

Caso o percentual da arrecadação líquida do IR e IPI destinado ao FPE seja inferior ao valor de referência, o valor será integralmente distribuído de acordo com os coeficientes fixos constantes do anexo da LC 62/89. No entanto, se o montante a ser distribuído superar o valor de referência, a parcela excedente será distribuída conforme os novos critérios estabelecidos no inciso III da LC 143/13.

A fim de normatizar os procedimentos a serem seguidos pelas diversas instituições envolvidas na distribuição dos recursos do FPE segundo a nova metodologia – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Banco do Brasil e o próprio Tribunal de Contas da União – o TCU emitiu a Instrução Normativa nº 75, de 9 de dezembro de 2015, na qual fixou, dentre uma série de outros dispositivos, as seguintes regras para o cálculo das cotas decendiais devidas às unidades da federação (art. 9º, § 5º):

- Empregar a variação acumulada do IPCA no período entre o mês anterior ao corrente e o mês correspondente ao múltiplo de doze meses nas distribuições do segundo e do terceiro decêndios do mês corrente e do primeiro decêndio do mês seguinte;
- Utilizar a variação real anual do PIB definitivo informada em novembro de cada ano nas distribuições de todo o exercício seguinte.

FPE a ser distribuido no 2º decêndio de out/20

R\$ 665.091.344,33

	FPE distribuido no 2º	Correção PIB ¹	Correção IPCA²	Valor de Referência
	decêndio de out/15 (a)	(b)	(c)	(d=a*b*c)
Ī	R\$ 681.697.602,08	1,00975	1,2338	R\$ 849.279.016,84

^{1) 75%} da variação do PIB definitivo de 2017, divulgado pelo IBGE em nov/19, em relação ao PIB de 2016.

²⁾ Variação acumulada do IPCA entre set/15 e set/20.

Distribuição - critério art. 2º, inciso	Distribuição - critério art. 2º, inciso		
II e § 2º da LC 143/13	III da LC 143/13		
100,00%	0,00%		



Demonstrativo da Distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

2ª cota de outubro de 2020

ESTADOS	UF	Participação definida pelo inciso II e § 2º do Art. 2º da LC 62/89	Distribuição critério inciso II e § 2º do Art. 2º da LC 62/89	Participação definida pelo inciso III da LC 143/13	Distribuição critério inciso III da LC 143/13	Valor a ser repassado do FPE
Acre	AC	3,4210	R\$ 22.752.774	3,8084	R\$ 0	R\$ 22.752.774
Alagoas	AL	4,1601	R\$ 27.668.465	4,9004	R\$ 0	R\$ 27.668.465
Amapá	AP	3,4120	R\$ 22.692.916	3,9821	R\$ 0	R\$ 22.692.916
Amazonas	AM	2,7904	R\$ 18.558.708	4,8318	R\$ 0	R\$ 18.558.708
Bahia	ВА	9,3962	R\$ 62.493.312	8,6071	R\$ 0	R\$ 62.493.312
Ceará	CE	7,3369	R\$ 48.797.086	6,4720	R\$ 0	R\$ 48.797.086
Distrito Federal	DF	0,6902	R\$ 4.590.460	0,6627	R\$ 0	R\$ 4.590.460
Espírito Santo	ES	1,5000	R\$ 9.976.370	2,4221	R\$ 0	R\$ 9.976.370
Goiás	GO	2,8431	R\$ 18.909.212	3,0315	R\$ 0	R\$ 18.909.212
Maranhão	MA	7,2182	R\$ 48.007.623	6,9593	R\$ 0	R\$ 48.007.623
Mato Grosso	MT	2,3079	R\$ 15.349.643	1,9003	R\$ 0	R\$ 15.349.643
Mato Grosso do Sul	MS	1,3320	R\$ 8.859.016	1,5496	R\$ 0	R\$ 8.859.016
Minas Gerais	MG	4,4545	R\$ 29.626.493	4,9577	R\$ 0	R\$ 29.626.493
Pará	PA	6,1120	R\$ 40.650.382	6,2315	R\$ 0	R\$ 40.650.382
Paraíba	РВ	4,7889	R\$ 31.850.559	4,4079	R\$ 0	R\$ 31.850.559
Paraná	PR	2,8832	R\$ 19.175.913	2,2112	R\$ 0	R\$ 19.175.913
Pernambuco	PE	6,9002	R\$ 45.892.632	6,5750	R\$ 0	R\$ 45.892.632
Piauí	PI	4,3214	R\$ 28.741.257	4,4188	R\$ 0	R\$ 28.741.257
Rio de Janeiro	RJ	1,5277	R\$ 10.160.600	2,0557	R\$ 0	R\$ 10.160.600
Rio Grande do Norte	RN	4,1779	R\$ 27.786.851	4,0366	R\$ 0	R\$ 27.786.851
Rio Grande do Sul	RS	2,3548	R\$ 15.661.570	1,5981	R\$ 0	R\$ 15.661.570
Rondônia	RO	2,8156	R\$ 18.726.311	2,8702	R\$ 0	R\$ 18.726.311
Roraima	RR	2,4807	R\$ 16.498.920	2,4297	R\$ 0	R\$ 16.498.920
Santa Catarina	SC	1,2798	R\$ 8.511.839	1,3602	R\$ 0	R\$ 8.511.839
São Paulo	SP	1,0000	R\$ 6.650.913	0,6627	R\$ 0	R\$ 6.650.913
Sergipe	SE	4,1553	R\$ 27.636.540	3,8178	R\$ 0	R\$ 27.636.540
Tocantins	то	4,3400	R\$ 28.864.964	3,2396	R\$ 0	R\$ 28.864.964
TOTAL		100,0	R\$ 665.091.344	100,0	R\$ 0	R\$ 665.091.344

^(*) Os valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB.

Obs.: valores estimados. O cálculo definitivo do repasse está a cargo do Banco do Brasil.

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT/STN/ME

Em caso de dúvida, clique aqui.

Siga o Tesouro Nacional também no **Twitter** (https://twitter.com/TesouroNacional) e no **Instagram** (https://www.instagram.com/tesouronacional)